



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SANTANA DO IPANEMA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23041.008313/2018-62
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2018 – UASG Nº 158147
PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL Nº 23041.037667/2018-14
UASG Nº 152801**

**TERMO ADITIVO Nº 05 DO CONTRATO Nº
03/2018/CAMPUS SANTANA DO IPANEMA, QUE
FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE
ALAGOAS E A EMPRESA GLOBAL SERVIÇOS E
COMÉRCIO LTDA.**

O **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS SANTANA DO IPANEMA**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, inscrito no **CNPJ** sob o nº **10.825.373/0007-40**, com sede na Rua Rodovia AL 130, Km 4, Nº 1609, Rua Domingos Acácio, Santana do Ipanema - AL, 57500-000, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Gilberto da Cruz Gouveia Neto, nomeado pela Portaria n.º 1.881 GR de 19 de julho de 2019, publicado no DOU de 21 de junho de 2019, bem como pela Portaria de delegação nº 2452/GR, de 05 de agosto de 2019, portador da Matrícula Funcional nº 1814601, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **Global Serviços e Comércio LTDA**, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 09.439.320/0005-40, sediada no Cond. Licitat Gestão de Negócios, Rua Durval Coelho Normande, nº 200, Sala 04. Bairro Farol, Cidade: Maceió/AL, CEP: 57055-210, Telefone: (82) 98155-8546, em que consta como representante legal a Sra. Renata Oliveira Alcantara Raposo, portadora da carteira de identidade nº 90709398-1 – expedida pelo SSP/MA, e inscrita no CPF sob o nº 879.296.193-20, neste ato representada pelo seu procurador, o Sr. Douglas Alves Venâncio, portador da carteira de identidade nº 3205170-0 – expedida pela SEDS, e inscrito no CPF sob o nº 070.681.494-05, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo de Execução Contratual nº 23041.037667/2018-14 – Pregão Eletrônico nº 16/2018-158147**, que a este se integra, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

1 . CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 . O presente Termo Aditivo tem por objeto registrar:

1.1.1 . A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº 03/2018/Campus Santana do Ipanema;

1.1.2 . O **reequilíbrio econômico-financeiro** do contrato para manutenção da exclusão de alguns itens da planilha de custos e formação de preços dos custos fixos ou variáveis não renováveis e, também, a reativação de outros itens da planilha utilizados no ano de 2021;

1.1.3 . O **repactuação dos anos base 2021 e 2022** do valor do contrato;e

1.1.4 . Alteração do objeto: ativação de 1(um) posto de serviço - **Categoria: Copeiragem.**

2 . CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DO OBJETO

2.1 . O objeto do contrato com as suas especificações e modo de execução estão previstas nas cláusulas primeira e oitava do Termo de Contrato nº 03/2018/Campus Santana do Ipanema, as quais sofrem modificações com a variação aqui pretendida, por se tratar de alteração qualitativa e quantitativa do seu objeto.

2.2 . A alteração qualitativa e quantitativa diz respeito ao retorno do posto de copeiragem anteriormente suprimido, previsto na cláusula um, item 1.3 do Contrato, que voltará a ter um posto ativo, enquanto perdurar os efeitos da alteração ou até que novo acordo seja realizado entre as partes, devendo ocorrer novo aditivo para formalizar nova situação.

2.3 . A alteração corresponde ao restabelecimento total de quantitativo de item anteriormente suprimido por ordem de serviço, o que em termo percentuais fica aproximadamente **22,23% (vinte e dois por centos, vinte e três centésimos por cento) do valor novo total atualizado do contrato** é de aproximadamente **22,23% (vinte e dois por centos, vinte e três centésimos por cento) do valor novo mensal** atualizado do contrato, considerando os valores dos postos ativos, não os contratados orçamentariamente.

2.4 . Importante frisar que as alterações realizadas neste aditivo se tratam de restabelecimento total de quantitativo de item anteriormente suprimido por intermédio solicitação do campus e oficializado no termo aditivo 04, estando amparado na lei 8.666 de 21 junho de 1993, art. 65, § 2, II e acórdão nº 66/2021 – Plenário do TCU, que “com fundamento no art. 1º, inciso XVII e § 2º, da Lei 8.443/1992, ao responder ao consulente que o restabelecimento total ou parcial de quantitativo de item anteriormente suprimido por aditivo contratual, com fundamento nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/1993, por causa de restrições orçamentárias, desde que observadas as mesmas condições e preços iniciais pactuados, não configura a compensação vedada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, consubstanciada nos Acórdão 1536/2016-TCU-Plenário, rel. Bruno Dantas, e 2.554/2017-TCU-Plenário, rel. André de Carvalho, visto que o objeto licitado ficou inalterado, sendo possível, portanto, além do restabelecimento, novos acréscimos sobre o valor original do contrato, observado o limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993”.

2.5 . A justificativa para o restabelecimento total de quantitativo de item anteriormente suprimido por aditivo contratual e alteração encontra-se nos autos do processo nº 23041.037667/2018-14, conforme documentos de ordem nº 180.

2.6 . Foi dada anuência pela Contratada das modificações pretendidas, conforme documento de ordem nº 163,164,165 e 172 do processo nº 23041.037667/2018-14.

3 . CLÁUSULA TERCEIRA– VIGÊNCIA

3.1 . Estando comprovado nos autos do processo o cumprimento dos requisitos mencionados no item 3 do Anexo IX da IN SG/MPDG nº 05/2017, fica prorrogada a vigência do Contrato nº **03/2018/Campus Santana do Ipanema por 06 (seis) meses, compreendidos entre o período de 27/09/2022 a 27/03/2023.**

3.2 . Este Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura.

4 . CLÁUSULA QUARTA– REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

4.1 . Corresponde à manutenção da exclusão da planilha de custos e formação de preços dos itens que já foram pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, uma vez que não necessitam ser novamente compensados em face da redução dos custos necessários à execução da prestação do serviço contratado.

4.1.1 . A redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis é condição necessária para renovação contratual, fundado no subitem 1.2 do Anexo VII-F e item 9 do Anexo IX, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, bem como no art. 65, II, “d”, §2º, II, da Lei nº 8.666/93, tendo sido negociada e aceita pela Contratada.

4.1.2 . Utilizou-se como parâmetro para definição desses custos não renováveis neste processo o relatório do fiscal do contrato e a análise da Subcomissão de Repactuação dos documentos presentes nos processos 23041.037667/2018-14, 23041.037588/2020-28 e 23041.029193/2021-32 , bem como na Nota Técnica nº 652/2017-MP, cuja planilha aprovada pela Contratada consta como anexo a este termo, fazendo parte integrante independentemente de transcrição.

4.1.3 . Em relação ao posto de recepcionista, pelo relatório ficou definido que serão reativados os percentuais da planilha no Módulo 3 (PROVISÃO PARA RESCISÃO), isso ocorreu devido ao uso desses valores durante o exercício de 2021, passando a vigorar novamente a partir da assinatura do presente instrumento de formalização. Em relação ao módulo 4(CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL) foi reativado o percentual do item “E”, também devido ao uso desse valor durante o período de 2021, passando a vigorar novamente a partir da assinatura do presente instrumento de formalização.

4.1.4 . Para os demais postos, auxiliar de almoxarifado(a) e copeiro(a), os custos retirados permaneceram os mesmos da última expurgação, realizada em 27/09/2021.

5 . CLÁUSULA QUINTA - REPACTUAÇÃO DE PREÇOS ANO-BASE 2021 E 2022

5.1 . A Contratada solicitou a repactuação de preços para o período 01/01/2021 a 31/12/2021 e 01/01/2022 a 31/12/2022, por meio do Processo nº 23041.029193/2021-32, o primeiro período, apensado ao processo de execução contrato nº 23041.037667/2018-14, já o segundo período ocorreu dentro do processo de execução citado anteriormente, instruindo os pedidos com as planilhas de custos e a Convenção Coletiva de Trabalho 2021 e 2022 da categoria.

5.2 . Com a entrada em vigor em outubro/2020 da Instrução Normativa SEGES nº 49, de 30 de junho de 2020, os itens que direcionaram à divulgação dos valores referenciais para contratação de serviços de vigilância, limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG foram revogados. Assim, os Cadernos de Logística temáticos deverão orientar a realização de estudos técnicos preliminares, não havendo mais publicação de valores referenciais nos processos de repactuação e de prorrogação contratual.

5.3 . A periodicidade foi respeitada, tendo em vista que a data da Convenção Coletiva vigente à época da apresentação da proposta em 18/08/2021 e 05/07/2022, respectivamente, cuja variação dos custos decorrentes da mão de obra estava vinculada à data-base destas convenções eram de 01/01/2021 e 01/01/2022, respectivamente e que a última repactuação realizada por meio Termo de apostilamento nº 02, em decorrência da CCT ano-base 2020 cujos efeitos incidiram a partir de 01/01/2020.

5.4. A cláusula sexta do Termo de Contrato admite a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 53 e seguintes, da Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano nos moldes acima, tendo sido resguardado o direito à repactuação 2021 no último termo aditivo.

5.5. A “Subcomissão central responsável pelo reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra” do Campus Santana do Ipanema do IFAL analisou as planilhas e razões apresentadas pela Contratada, tendo emitido o relatório que serviu de base para este Termo, cujo teor o reproduz, não se responsabilizando pelos valores ali apresentados, que é de responsabilidade técnica pelos valores ali apresentados é inteiramente da comissão (Documentos de Ordem 156 a 157), os quais fazem parte integrante deste documento independentemente de transcrição.

5.6. A coordenação de suprimentos analisou e proferiu despacho justificando a vantajosidade da contratação e/ou a dispensa da pesquisa de preços (ordem 175).

5.7. O Departamento de Administração expôs a dotação orçamentária e a existência de saldo suficiente para atender ao pedido de repactuação (ordem 176).

5.8. Considerando que deve haver a integral recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos, os efeitos financeiros decorrentes desta repactuação vigoram a partir de 01 de janeiro de 2021 para a CCT 2021 e 01 de janeiro de 2022 para a CCT 2022.

5.9. O valor mensal do Contrato de antes de 27/09/2021 era de R\$ 19.261,58 (dezenove mil, duzentos e sessenta e um real e cinquenta e oito centavos), tendo sido sofrido reequilíbrio econômico-financeiro passando a ser de R\$18.879,28 (dezoito mil, oitocentos e sete reais e vinte e oito centavos). Com a repactuação da CCT 2021, o valor mensal passa a ser R\$ 19.853,50 e com a CCT 2022 passa a ser R\$ 21.850,22, valores estes meramente orçamentários, os quais consideram os postos contratados. **Considerando os postos de trabalho ativos a partir de 27/09/2022, sendo estes 3 recepcionistas, 1 auxiliar de almoxarifado e 1 copeiro, o valor mensal será de R\$ 15.416,98, em razão dos novos valores repactuados.**

5.10. Essas implementações refletem um impacto orçamentário total a mais de R\$ 13.566,71 e R\$ 22.237,51, respectivamente, levando-se em consideração os postos efetivamente contratados nos referidos períodos.

5.11. Assim, o valor global para o período de vigência de 2021 passa de R\$ 238.242,08 (duzentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e oito centavos) para R\$ 262.271,79 (duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e um real e setenta e nove centavos) a partir 2022.

5.12. Os efeitos financeiros destas repactuações ocorrerem a partir de 01 de janeiro de 2021 (CCT 2021) e 01 de janeiro de 2022 (CCT 2022). Considerando os postos efetivamente ativos, conforme relatório da subcomissão de reequilíbrio, a contratada faz jus a um **retroativo de R\$ 16.386,75 (dezesesseis mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)**, com anuência da contratada sobre o valor, documento de ordem nº 172, processo 23041.037667/2018-14. No relatório da comissão constava inicialmente o valor de 16.806,65 referente ao retroativo, no entanto foi detectado posteriormente que o valor estava incorreto, pois não reduzia o valor do aviso prévio trabalhado ao percentual máximo, que é 0,194%, conforme consta na cláusula quinta, item 5.2, do contrato 03/2018. Desta forma, foi realizada a alteração pela gestão de contratos do campus, assumindo total responsabilidade.

5.13. O valor do impacto total deverá ser pago integralmente após a assinatura do presente termo, por representar valores anteriores devidos.

5.14. A partir de 1º de outubro de 2022, o valor mensal já deverá ser o repactuado para efeito de emissão de nota fiscal/fatura, sendo pago mensalmente, ficando a cargo da contratante os cálculos

de outros valores retroativos gerados após o parecer/relatório da comissão de reequilíbrio econômico-financeiro.

5.15 . As planilhas constantes no documento 170 do Processo nº 23041.037667/2018-14 refletem a repactuação, passando a vigor perante o contrato.

5.16 . As diferenças dos valores dos postos refletem as peculiaridades trazidas pela comissão de reequilíbrio econômico-financeiro por meio da análise dos custos fixos e/ou variáveis não renováveis realizadas em termos anteriores.

6 . CLÁUSULA SEXTA - ACRÉSCIMO DO VALOR DO CONTRATO

6.1 . O presente Termo Aditivo resulta no acréscimo contratual de R\$ 16. 821,48 (dezesesseis mil, oitocentos e vinte e um reais, quarenta e oito centavos), referente ativação de 1 posto de copeiragem, durante um período previsto de 6 meses, representando em termos percentuais um acréscimo de **22,23% (vinte e dois por cento e vinte e três centésimos)** em relação ao valor contratual atualizado proporcional, respeitando assim proposto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993, o qual normatiza o valor limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7 . CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO

7.1 . O valor total atualizado do contrato é de **R\$ 131.101,32 (cento e trinta e um mil, cento e um reais e trinta e dois centavos)**, considerando a análise de todos os termos aditivos anteriores, somado a fato da contratada só aceitar a renovação pelo **período máximo de 6 meses**, conforme documento de ordem 165, do processo 23041.037667/2018-14 .

Tabela 01:

LOTE/ GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO.	UNID.	QTD/POSTOS		VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
				CONTRATAÇÃO IMEDIATA	CONTRATAÇÃO FUTURA	Valor anual proporcional a 6 meses, pois a contratada não aceitou prorrogação anual.		
1	14	Auxiliar de almoxarifado	1	1	0	R\$ 2.963,54	R\$ 2.963,54	R\$ 17.781,24
2	27	Copeiro(a)	1	1	0	R\$ 2.803,58	R\$ 2.803,58	R\$ 16.821,48
3	53	Recepcionista	5	3	2	R\$	R\$	R\$

						3.216,62	16.083,10	96.498,60
--	--	--	--	--	--	----------	-----------	-----------

Tabela 02:

Documento	Fls. dos autos	Data de assinatura	Objeto do termo	Valor total do Contrato	Prazo da Vigência Contratual
Contrato nº 03/2018	73/77	27/09/2018	+R\$ 209.417,88 e +365 dias de Vigência	R\$ 209.417,88	27/09/2018 a 27/09/2019
Termo aditivo nº 01	138/139	27/09/2019	Resguardo do direito à repactuação ano-base 2019 e prorrogação do prazo de vigência por + 12 meses	R\$ 209.417,88	27/09/2019 a 27/09/2020
Termo aditivo nº 02	***	14/09/2020	Alteração do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e endereço da matriz, junto aos seus registros, passando para o CNPJ e endereço da filial da Contratada	***	***
Termo aditivo nº 03	3/4	25/09/2021	Resguardo do direito à repactuação ano-base 2020 e + 12 meses de prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 209.417,88	27/09/2020 a 27/09/2021
Termo de apostilamento nº 01	2/3	31/05/2021	Repactuação Contratual (Reequilíbrio econômico-financeiro)	R\$ 219.365,16	***

Termo de apostilamento nº 02	2/3	31/05/2021	Repactuação Contratual (Reequilíbrio econômico-financeiro)	R\$ 231.138,93	***
Termo aditivo nº 04	***	27/09/2021	Resguardo do direito à repactuação ano-base 2021 e + 12 meses de prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 226.551,25	27/09/2021 a 27/09/2022
Termo aditivo nº 05	***	***	Repactuação Contratual 2021, Repactuação Contratual 2022, Reequilíbrio econômico-financeiro, alteração contratual(ativação de 1 posto de copeiragem) e + 06 meses de prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 131.101,32	27/09/2022 a 27/03/2023

8 . CLÁUSULA OITAVA– SUJEIÇÃO ÀS REGRAS DA IN SG/MPDG Nº 05/2017

8.1 . O contrato passa a ser executado sob a regência também da **Instrução Normativa do MPDG nº 5, de 25 de maio de 2017**, com efeitos retroativos a 25 de setembro de 2017, início de vigência da referida norma, no que concerne à gestão e fiscalização contratual, renovação/prorrogação da vigência contratual, da aplicação de sanções e gestão de riscos do contrato, conforme disposto no Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral Federal n. 00006/2017/CPLC/PGF/AGU, de 29/08/2017.

9 . CLÁUSULA NONA – FUNDAMENTAÇÃO

9.1 . O presente termo aditivo encontra amparo legal nos art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, no art. 51 e Anexo IX da IN SG/MPDG nº 05/2017 e cláusula segunda do Termo de Contrato, no que pertine à **prorrogação contratual**; no art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93, nos arts. 53 e 54 da Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017 e cláusula sexta do Termo de Contrato, no que diz respeito ao **repactuação** e no art. 65, II, “d”, §2º, II, da Lei nº 8.666/93, no subitem 1.2 do Anexo VII-F e item 9 do Anexo IX, da IN SG/MPDG nº 05/2017 e cláusula terceira do Termo de Contrato, acerca do **reequilíbrio econômico-financeiro**.

10 . CLÁUSULA DÉCIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 . As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação a seguir discriminada: Gestão/Unidade – 26402/152801, Fonte – 8100000000, Programa de Trabalho – 171054, Elemento de Despesa – 339037, PI – L0000P0120N, Nota de empenho - 2022NE000114, 2022NE000115 e 2022NE000116.

10.2 . No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

10.3 . Fica aqui registrado a(s) Nota(s) de Empenho Nº 2019NE800088, 2019NE800087, 2020NE800045, 2020NE800046, 2021NE000013, 2021NE000028, 2021NE000064, 2021NE000065, 2021NE800116, 2021NE800117 e 2021NE800118 que cobriram as despesas decorrentes desta contratação nos exercícios anteriores até o momento.

11 . CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 . A Contratada deverá renovar a garantia contratual anteriormente prestada mantendo a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor global, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante.

12 . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOCUMENTAÇÃO ANEXA

12.1 . Integram este Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos técnicos: solicitação de repactuação 2021 e 2022, planilha de custos, relatório da comissão de reequilíbrio econômico-financeiro, mapa de riscos e relatório de acompanhamento.

13 . CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

13.1 . Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

14 . CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 . Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo em 01 (uma) via digital que, depois de lida e achado em ordem, vai assinada eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas, cujas assinaturas digitais são válidas e certificadas pelo ICP-Brasil, cuja autenticidade pode ser verificada em <<https://verificador.iti.gov.br/>>.

Caso as assinaturas digitais e/ou físicas das partes se deem em datas distintas, será considerada data de assinatura deste instrumento contratual a data de assinatura do representante legal da

Contratante, independente de quando tenha se dado a assinatura do(s) representante(s) legal(is) da contratada.

Santana do Ipanema(AL), ____ de setembro de 2022.

GILBERTO DA CRUZ
GOUVEIA
NETO:05897941408

Assinado de forma digital por
GILBERTO DA CRUZ GOUVEIA
NETO:05897941408
Dados: 2022.09.27 09:08:28 -03'00'

Gilberto da Cruz Gouveia Neto
Representante da Contratante

DOUGLAS ALVES
VENANCIO:07068
149405

Assinado de forma digital por
DOUGLAS ALVES
VENANCIO:07068149405
Dados: 2022.09.26 10:35:17
-03'00'

Douglas Alves Venâncio
Representante da Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

MARIA EDNEUZA DOS SANTOS:04322216463
Assinado de forma digital por
MARIA EDNEUZA DOS SANTOS:04322216463
Dados: 2022.09.26 10:35:32
-03'00'

Documento assinado digitalmente
 TIMOTEO PEREIRA FERNANDES
Data: 27/09/2022 09:18:28-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Nome: _____ CPF: _____

Documento assinado digitalmente
 PEDRO HENRIQUE SILVA CAVALCANTE
Data: 27/09/2022 09:26:26-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>